



o trabalhador
da CML

**Está na hora, está na hora
do Governo ir embora!**



15 de Março

**Manifestação Nacional
da Administração Pública!**

Combater o esvaziamento da CML!

Págs. centrais

Tribunal dá razão aos trabalhadores!

Pág.4

Garantir a defesa e qualidade do serviço público

Há praticamente um mês atrás, concretamente a 16 de fevereiro, milhares de trabalhadores da administração pública, do setor privado, reformados ou aposentados, jovens e desempregados, saíram à rua de norte a sul do país dando corpo e voz ao protesto convocado pela CGTP-IN.

Um protesto e uma manifestação que teve e continua a ter como principal alvo o governo e, principalmente, uma política [a de direita] que há mais de três décadas é executada e que está no origem da crise profunda que atravessa o nosso país.

À hipocrisia, cinismo e autismo de Passos e Portas, os trabalhadores portugueses, especialmente os do setor público, não podem baixar os braços no combate que se trava e que será cada vez mais duro em função das medidas que o governo pretende aplicar e das intenções que lhe estão subjacentes.

Nas últimas semanas vieram a público algumas notícias que revelam os objetivos e consequências reais da política deste governo, nomeadamente, sobre os números de desemprego, com uma taxa real que se aproxima a passos largos dos 25%, materializando um milhão quatrocentos e trinta mil trabalhadores que perderam o seu posto de trabalho [!].

Ironicamente, surge pouco tempo depois o anúncio de Vítor Gaspar sobre a necessidade em aumentar o prazo para o cumprimento de um plano atroz, desumano, inaceitável e, como vimos, irrealizável. Passados nem 60 dias, as medidas previstas no OE para 2013 revelaram-se impraticáveis e inconsequentes, revelando o que a CGTP-IN denunciou ao longo dos últimos três meses de 2012! Esta política deliberada de austeridade gera mais austeridade, empobrece o povo português e o país e não resolve qualquer problema, muito pelo contrário.

Contudo, se podemos com facilidade especular sobre o futuro negativo que nos espera se este governo e esta política não forem derrotados, há milhares de famílias portuguesas que sentem hoje, no presente, as consequências dessa mesma política e que não têm mais tempo face à realidade dramática em que se encontram. É esta realidade que nos deve mobilizar para a luta organizada que se desenvolve, para muitos, há largos anos.

No próximo dia **15 de março**, os trabalhadores da administração pública irão sair à rua exigindo a demissão deste governo mas também a salvaguarda das suas condições de vida, dos seus direitos e em defesa dos seus postos de trabalho, o mesmo é dizer, em defesa dos serviços públicos e das funções sociais do

Estado nas áreas da saúde, da educação ou da proteção social.

No município de Lisboa, o STML tem vindo a discutir com os trabalhadores os efeitos negativos de uma possível transferência de meios materiais, humanos e patrimoniais para as juntas de freguesia no âmbito do nefasto processo de reorganização administrativa da cidade, cozinhado entre o PS e o PSD. As interrogações são muitas e todas legítimas no que diz respeito ao futuro, aos direitos e às remunerações dos trabalhadores. António Costa escuda-se num silêncio incómodo até para os próprios serviços e respetivas chefias. Sabe muito bem que o seu plano **não tem** a concordância dos principais atores neste processo.

Para o STML será inevitável o desenvolvimento de todas as ações de luta que visem, essencialmente, travar o esvaziamento da Câmara Municipal, salvaguardar os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores, garantindo, simultaneamente, a defesa e a qualidade do serviço público prestado à população e à cidade de Lisboa.

Torna-se, deste modo, imprescindível exigir a implementação de uma política de investimento e valorização dos serviços municipais e respetivos locais de trabalho que atualmente carecem de meios, técnicos e/ou humanos ou que revelam sérios problemas nas condições de saúde e segurança, incompatíveis com o estipulado legalmente nesta vertente e, mais importante ainda, inconciliáveis com os interesses e dignidade que se exige para os respectivos trabalhadores.

As expectativas e as consequências da luta que travamos, seja no plano mais geral, seja no plano do município de Lisboa, será o resultado do maior ou menor envolvimento de todos aqueles que são diretamente envolvidos e afetados pela política de cortes sucessivos nos seus rendimentos, na regressão no plano social ou no empobrecimento generalizado. Falamos, claro está, dos trabalhadores da Câmara Municipal e das Empresas Municipais, alvos da política de direita

com origem no governo, mas também no executivo liderado por António Costa. As ideias negativas, quando materializadas na prática, para quem trabalha não interessa se são provenientes de um partido denominado socialista ou social-democrata, porque a essência e os objetivos de ambos são basicamente os mesmos.

A luta continua e não o dizemos de ânimo leve! Torna-se uma inevitabilidade face à realidade que atravessamos. ■



A luta cresce de norte a sul do país!



o trabalhador
da CML

<http://www.stml.pt>

Diretor: Vítor Reis ■ **Corpo Redatorial:** Luis Dias, Nuno Almeida, Mário Souto, Francisco Raposo, Frederico Bernardino ■ **Propriedade:** Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa ■ **Administração e Redação:** Rua de São Lázaro, 66 - 1º Dtº 1150-333 Lisboa - Telfs. 218 885 430 / 5 / 8 - Fax 218 885 429 - **Email:** stml@stml.pt ■ **Internet:** www.stml.pt ■ **Impressão:** MX3 Artes Gráficas, Lda ■ **Periodicidade:** Bimestral ■ **NIF:** 500850194 ■ **Distribuição:** Gratuita aos sócios do STML ■ **Tiragem:** 4.000 exs. ■ **Depósito Legal:** 17274/87 ■ Este jornal está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico ■

Trabalhadores do DRMM não desistem de lutar pelos seus direitos e, principalmente, pelo direito ao trabalho!

Dezenas de trabalhadores do DRMM, no dia **19 de fevereiro**, concentraram-se à porta da Assembleia Municipal [AM] num plenário convocado pelo STML. Após uma breve intervenção do presidente do sindicato, sobre as razões que levaram à realização desta ação de protesto e denúncia, os trabalhadores ocuparam as galerias da AM.

No tempo dedicado ao público, o presidente da autarquia, os vereadores do município e os deputados municipais dos partidos aí representados ouviram os problemas que afetam os vários serviços que compõem o Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, com especial atenção para as oficinas situadas no Complexo Municipal dos Olivais.

Já por várias ocasiões nos debruçamos sobre estes problemas, contudo, a inércia demonstrada pelos responsáveis políticos e hierárquicos da CML perante as legítimas reivindicações dos trabalhadores e do seu sindicato, tem criado um crescente sentimento de indignação e revolta no seio daqueles que são parte essencial e imprescindível no funcionamento da autarquia e à garantia da prestação de um serviço público municipal de qualidade junto da cidade e população de Lisboa.

Perante a política de esvaziamento e desinvestimento levada a cabo pelo executivo de maioria socialista, os trabalhadores não têm outra solução que não seja endurecer a luta e exigir o que é um Direito Constitucional, isto é, o **DIREITO AO TRABALHO!**

As sistemáticas externalizações, ou seja, a reparação de viaturas junto de entidades externas à CML quando esta “casa” tem meios, materiais e humanos,



que podem e devem efetuar estes trabalhos, demonstram claramente a falta de vontade política em valorizar e elevar os serviços municipais e quem neles labora, além de tornar evidente a opção em privilegiar entidades privadas e os negócios que lhes estão implícitos.

As dificuldades financeiras argumentadas pelo executivo camarário para justificar a política de delapidação dos serviços, aparentemente, não se aplicam à estratégia consubstanciada nos sucessivos processos de externalização. Esta política quem favorece? Obviamente que não são os serviços e muito menos os trabalhadores, como temos vindo a constatar.

Por outro lado, é do conhecimento público [há muito tempo] os interesses imobiliários nos terrenos hoje ocupados pelo Complexo Municipal dos Olivais. Estará António Costa, Manuel Salgado e companhia a criar as condições para que um dia se formalize a extinção dos serviços

aí concentrados e posterior venda destes terrenos, permitindo a sua exploração pelos especuladores imobiliários? Neste momento só nos resta especular mas também é verdade que onde “há fumo costuma haver fogo”...

Os trabalhadores do DRMM continuarão a lutar em torno:

- Da defesa do serviço público e do posto de trabalho;
- Do investimento necessário ao pleno funcionamento dos serviços;
- Da formação profissional que lhes permita acompanhar a evolução tecnológica;
- Do desenvolvimento das obras necessárias à salvaguarda das condições de saúde e segurança no trabalho, destacando o balneário existente que carece de condições mínimas à sua utilização.

Não nos calam, não nos resignamos, não desistimos. ■

Mais um exemplo de que vale a pena resistir, lutar e persistir!

Desde o ano de 2006 que o STML tem vindo a reclamar o pagamento do subsídio de insalubridade, penosidade e risco (RIP) devido a seis trabalhadores do DRMM, referentes aos primeiros nove meses de trabalho enquanto aprendizes, reivindicação esta que apenas em janeiro de 2013 foi satisfeita por parte da CML.

Estes trabalhadores, que foram admitidos em setembro de 2005, viram negado o respetivo subsídio até junho de 2006, altura em que, por intervenção do STML, lhes começou a ser pago o RIP. Desde essa data que esta estrutura sindical tem

exigido, junto da Direcção Municipal de Recursos humanos, a reposição dos nove meses em atraso. Sete anos passados e depois de o problema ter sido apreciado por três diretores Municipais, chegámos ao seu melhor desfecho com o respetivo acerto de contas em benefício dos trabalhadores em causa.

Este é mais um claro exemplo de que, quando temos razão e não desistimos de lutar pelo que é justo, mais tarde ou mais cedo será feita justiça face às nossas reivindicações. Vale sempre a pena resistir, lutar e persistir quando a razão está do lado dos trabalhadores. ■

Quando a razão está do nosso lado, os resultados da luta e da persistência surgem mais tarde ou mais cedo!

Mais uma vitória para os trabalhadores do município de Lisboa!

O STML, como já havíamos informado em edições anteriores deste jornal, avançou com uma ação para tribunal que visava repor a legalidade face à exclusão de alguns trabalhadores da **Opção Gestionária** adotada, no ano de 2009, pelo executivo camarário.

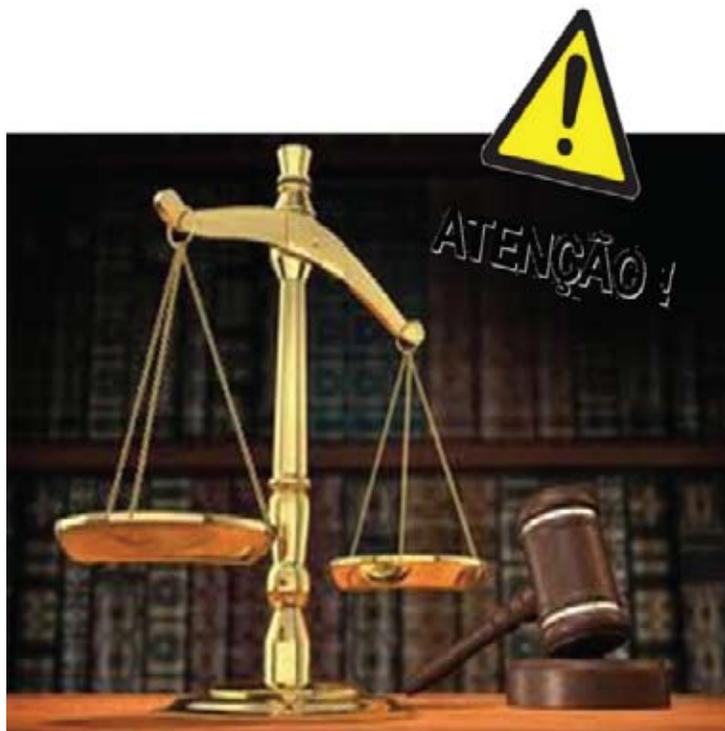
Os trabalhadores prejudicados foram aqueles que, por terem sido objeto de penas disciplinares no período de 2004 a 2009, não foram abrangidos pela opção gestionária deliberada pela CML (*deliberação nº 1248/CML/2009 de 23 de Dezembro*) e, por esse motivo, não viram alterado o seu posicionamento remuneratório.

Esta discriminação foi, desde logo, veemente contestada pelo STML junto do executivo camarário e foi exigido que a CML revisse a sua posição sobre este assunto. Como tal não se verificou, por exclusiva teimosia política de quem gere a Câmara, não restou a este Sindicato outra alternativa que não passasse por recorrer à justiça, no sentido de inverter uma situação de natureza claramente injusta e inaceitável.

A 12 de fevereiro do corrente ano, foi emitida a sentença da ação judicial iniciada pelo STML, consubstanciada na anulabilidade do requisito inscrito na deliberação da CML.

Deste modo, foi dada razão aos fundamentos apresentados pelo STML, ou seja, as penas disciplinares apenas poderão produzir os efeitos previstos no estatuto disciplinar da administração pública, não permitindo que estes trabalhadores sejam punidos duas vezes. Na sentença publicada foi, igualmente, patente o facto do requisito contestado violar o princípio da igualdade de tratamento.

É pertinente relembrar que, no final do ano passado, o STML demonstrou total disponibilidade para retirar a ação que decorria em tribunal, caso a CML anulasse voluntariamente este ponto da sua decisão.



Contudo, os responsáveis máximos da autarquia demonstraram, mais uma vez, uma teimosia incompreensível face a uma matéria em que, a razão e a legalidade da mesma, sempre pertenceram ao STML e aos trabalhadores, como agora facilmente percebemos depois do conhecimento da decisão judicial a que já fizemos referência.

O STML congratula-se por se ter feito justiça através de uma sentença claramente favorável aos interesses e direitos dos trabalhadores em causa. Assim, aguardaremos que a CML proceda, no mais curto espaço de tempo possível, ao reposicionamento remuneratório destes trabalhadores.

Determinação, confiança e unidade, são as palavras-chave que devem nortear a luta dos trabalhadores. Os acontecimentos aqui expostos demonstram, uma vez mais, a justeza da nossa luta! ■

O fado dos artistas da pedra

Lisboa tem várias imagens de marca para o mundo: o fado, os monumentos, a história e a calçada portuguesa. Os calceteiros municipais de Lisboa têm obras suas espalhadas nas ruas da nossa cidade, mas também por todo o mundo,



como o exemplo de Bruxelas ou Caracas. Isto porque é uma profissão artesã que requer anos de aprendizagem e experiência, apesar de ser uma profissão francamente mal remunerada. A Escola de Calceteiros, que poderia manter e reavivar esta arte genuína de Lisboa, não funciona desde 2007. E os quadros têm vindo a ser reduzidos. Os últimos trabalhadores a ingressarem na carreira fizeram-no há 30 anos.

O fado dos artistas da calçada portuguesa – os calceteiros – é o fado de muitos dos trabalhadores do Município e do país. Louvores não faltam, faltam é condições e perspectivas de futuro.

A Brigada de Calceteiros há anos que vem reclamando das condições deploráveis das instalações em que estava instalada, na Rua do Saco. Apesar do seu empenho em melhorar as decrepitas instalações, a falta de empenho e respeito das chefias ao longo dos anos manteve esses trabalhadores sem condições mínimas de segurança e saúde. Os problemas eram muitos e as chefias sabiam: balneários que durante anos tiveram instalações elétricas com fios pendurados sob os chuveiros; cobertura em fibrocimento - potencialmente cancerígena; depósito de combustíveis sem nenhum tipo de segurança ou a existência de uma cozinha mal equipada. A tudo isto juntou-se a ameaça de ruína dos prédios envolventes.

Quer o STML, quer os trabalhadores, alertaram constantemente as chefias. Os Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde (RdT) denunciaram o caso à Autoridade das Condições de Trabalho, que vistoriou o local sem contudo comunicar os resultados até à data.

Até que, a 10 de dezembro do ano passado, a varanda do 1º andar do edifício a norte caiu no anexo onde o coordenador da equipa prepara o trabalho. Se fosse uma varanda de um dos andares superiores seria muito provável que outros trabalhadores fossem atingidos com gravidade.

Por pressão constante dos trabalhadores, dos RdTs e do STML, a DMPO decidiu começar o processo de transferência dos trabalhadores para outras instalações, com contentores

para funcionarem como instalações provisórias. Visitados pelos RdT, verificou-se que eram pouco mais que ferrugem e seriam inaceitáveis em termos de segurança. A Câmara comprometeu-se na colocação de contentores com condições adequadas.

A 28 de janeiro as instalações são seladas e os trabalhadores são convocados pela Chefia para uma reunião. Nela participaram dois RdTs que têm vindo a acompanhar o processo. O espanto dos trabalhadores foi perceber que não havia plano algum, senão que se aguardasse a colocação dos contentores. A ideia era os trabalhadores do turno de dia apresentarem-se na sede da DMPO e os da noite ficarem em casa.

Esta proposta, negando o direito ao trabalho, trazia acrescidas preocupações aos calceteiros, que veem a sua reduzida equipa ser constantemente substituída por “empreiteiros”, que de calçada portuguesa realmente nada sabem. Daí que, foram eles próprios a avançar com a proposta de se instalarem provisoriamente nas instalações desativadas na Rua Lins do Rego. E a sugerirem que transitoriamente trabalhassem em equipas diurnas desfasadas, visto que as instalações não ofereciam condições para toda a equipa laborar em simultâneo. Tornou-se claro que a DMPO não tinha plano B. Foram os trabalhadores que descobriram “instalações provisórias” enquanto as “instalações provisórias” [da responsabilidade da CML] não se encontravam em condições.

No dia 30 de janeiro os trabalhadores concentraram-se na Rua do Saco e deslocaram-se ao Largo do Intendente para expressar a sua revolta e reforçar a exigência por instalações e condições de trabalho dignas. Uma delegação do STML foi recebida pela chefe de gabinete do presidente, que solicitou ao representante da DMPO uma proposta de resolução definitiva para o problema com o compromisso de a comunicar ao STML. Até à data, continuamos à espera.

De todo este processo, retiramos algumas lições: Que existe um claro desinvestimento nas condições de saúde e segurança no trabalho. Que, mesmo em condições potencialmente perigosas, a Câmara não planeia a tempo a resolução dos problemas que afetam os trabalhadores. Que só a luta é o caminho inevitável se de facto queremos resolver os nossos problemas.

Continuaremos a lutar por condições dignas de trabalho e pela defesa desta carreira que tantos celebram mas tantos desvalorizam. ■



Jornadas contínuas

Uma história de contornos inaceitáveis!

Desde o final de 2011 que a atribuição de jornadas contínuas na Câmara Municipal de Lisboa têm estado rodeadas de dúvidas, resultado, principalmente, de decisões dos serviços ou, pior ainda, na sua ausência.

No âmbito das suas competências, a Direção Municipal dos Recursos Humanos [DMRH] exigiu que todos os trabalhadores e trabalhadoras que estivessem a usufruir da jornada contínua, repetissem o processo da sua solicitação. Esta orientação também abrangeu todos aqueles que pela primeira vez manifestavam intenção de a solicitar.



A demora na resposta a estes pedidos, por parte da DMRH, é algo de inexplicável!

Se para os trabalhadores e trabalhadoras que já usufruíam da jornada contínua, não surgiram consequências negativas pelo motivo de não terem interrompido o seu gozo enquanto aguardavam resposta da parte dos serviços municipais competentes [e reconhecemos a importância e a justiça desta decisão], para os trabalhadores e trabalhadoras que, pela primeira vez solicitaram a jornada contínua, observou-se a instalação do desespero perante uma resposta da DMRH que teimava em aparecer.

Torna-se pertinente referir alguns casos que chegaram ao STML, em que as trabalhadoras e trabalhadores envolvidos denunciavam tempos de espera com mais de um ano! Facilmente podemos imaginar todos os prejuízos daí resultantes, considerando a natureza da maior parte das so-

licitações envolvendo o fundamento do apoio à família, isto é, a crianças e/ou a familiares com necessidades especiais.

Após uma primeira tentativa da DMRH em limitar fortemente a atribuição da jornada contínua e consequente redução de horário, o STML manifestou junto dos responsáveis máximos desta Direção Municipal que não aceitaria, para justificar a atribuição ou não deste direito, um sistema por quotas [uma das propostas apresentadas], e muito menos a implementação de um sistema sustentado em critérios arbitrários.

No entanto, o que se tem constatado é uma falta gritante de coordenação entre os diferentes serviços [a nível principalmente dos Departamentos e respetivas chefias] e a DMRH.

Esta situação tem provocado uma demora incompreensível na resposta aos pedidos dos trabalhadores e trabalhadoras. Um problema que é agravado com a postura irresponsável e claramente condenável de muitos dirigentes máximos de Departamentos e Divisões.

Numa perspetiva de não quererem assumir as suas responsabilidades, estes dirigentes, não concedem a jor-



nada contínua a nenhum dos trabalhadores, seus subordinados. Argumentam critérios, alguns claramente ilegais ou, chegando noutros casos, a inventar critérios para justificarem a sua não atribuição. Deixamos alguns exemplos concretos: a imposição de limites de idade para as crianças, inferiores aos que constam na legislação em vigor; a atribuição unicamente a trabalhadores e/ou trabalhadoras que tenham dependentes portadores de deficiência ou, chegando ao cúmulo de indeferir solicitações pelo motivo do cônjuge se encontrar na situação de desemprego!?

Estes tipos de comportamentos não são admissíveis! A jornada contínua é um direito do trabalhador, e é da responsabilidade dos diferentes serviços, sob a tutela da DMRH, fazerem a gestão da sua aplicação. O processo tem de ser transparente e a resposta deve ser dada com celeridade, possibilitando, assim, a melhor organização possível da vida profissional, pessoal e familiar do trabalhador/trabalhadora envolvida.

O STML alerta os trabalhadores e trabalhadoras que, no caso de receberem alguma informação com intenção de indeferimento, devem apresentar a contestação no prazo de **dez dias**. Aos nossos associados, alertamos para a necessidade de se dirigirem ao nosso gabinete jurídico, com o propósito de elaborar e fundamentar devidamente a respetiva contestação. ■

O desrespeito das normas de segurança e saúde nos edifícios municipais!

Há muito que são conhecidos os inúmeros problemas que afetam os trabalhadores da CML no que concerne às condições de saúde e segurança no trabalho. Neste tópico iremos abordar apenas os problemas que se vivem nos edifícios municipais e, em particular, no edifício da Rua Alexandre Herculano.

No passado mês de janeiro, um problema despoletou a indignação dos trabalhadores. Falamos da avaria sistemática dos elevadores, que impossibilita a circulação satisfatória de pessoas e bens num edifício de 8 andares. A legislação em vigor obriga, em situações idênticas, isto é, em edifícios com mais de 4 andares, à presença de dois elevadores em funcionamento. Todavia, a prática no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano esteve limitada durante vários meses a um elevador apenas. Se tal não bastasse, era recorrente a sua avaria.

Esta situação, aliada a outros problemas de igual ou maior gravidade, conduziu os trabalhadores e esta estrutura sindical à definição de um processo de denúncia e reivindicação visando a sua resolução. Num plenário, realizado no próprio edifício, foram observados um conjunto de problemas que são inaceitáveis numa sociedade moderna do século XXI.

A recolha de um abaixo-assinado foi o primeiro passo neste sentido. Recolheram-se mais de 120 assinaturas, quer de trabalhadores dos vários serviços existentes no edifício, quer dos aposentados que habitualmente recorrem ao refeitório situado no último piso. Torna-se pertinente referir que, para pessoas mais idosas e com dificuldades de mobilidade, a ausência de elevadores cria obstáculos de todo insuperáveis.

As consequências foram praticamente imediatas, no espaço de uma semana, ambos os elevadores estavam operacionais. Contudo, uma dúvida persiste, sabemos que a resolução definitiva dos problemas que afetam os elevadores são de natureza complexa e demorada e o que se verificou foi uma intervenção rápida, talvez demasiado rápida para quem aspira a uma solução séria, consistente e duradoura.

Esta preocupação deve ser associada a todos os restantes problemas que foram compilados, dando corpo a um caderno reivindicativo e que serão entregues aos responsáveis máximos desta autarquia, incluindo as chefias que se encontram no próprio edifício. Considerando a natureza dos problemas, o STML irá igualmente envolver a AT, através de uma queixa devidamente fundamentada e exigindo a fiscalização imediata das condições de saúde e segurança do Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano, à semelhança do que já se verificou noutros locais de trabalho do município.

Torna-se inaceitável e insustentável:

- As sistemáticas infiltrações na cave e r/c e nos últimos pisos, nomeadamente, no 8º e 7º piso (situação que se agrava nos dias de mau tempo e/ou chuvas intensas);
- As pequenas inundações que se verificam na cave aumentando inexoravelmente a possibilidade de curtos-circuitos e o risco implícito para os trabalhadores;
- A falta de uma rampa de acesso que facilite a mobilidade aos trabalhadores com deficiências motoras ou o simples transporte de material;
- A ausência de casas-de-banho devidamente equipadas e em condições dignas de utilização;
- Os entupimentos recorrentes nas casas de banho do r/c;
- A inexistência de janelas eficientes e adequadas em vários pisos;
- A carência de aparelhos de ar-condicionado num edifício que é banhado pelo sol durante as horas de expediente; em algumas salas, a temperatura pode ultrapassar os 40 graus nos meses mais quentes do ano.

São alguns dos problemas urgentes que os trabalhadores e este sindicato querem ver resolvidos. A CML tem a obrigação, moral e legal, de garantir as condições de saúde e segurança a quem presta um serviço inestimável à cidade e à população de Lisboa. ■



A CML continua a preferir contratar serviços privados do que investir nos serviços públicos municipais

Ao longo dos últimos anos temos verificado o aumento da contratação de empresas privadas para efetuar serviços que a Câmara entende já não ter capacidade para realizar face às necessidades existentes. Tem sido assim nos casos dos jardins, cemitérios, reparação das viaturas municipais, deservagem, obras em espaço público, serviço do moto-cão, saneamento, gestão de equipamentos municipais, etc., etc.

Como se não bastassem os maus exemplos do passado, considerando a fraca prestação dos vários serviços efetuado pelas mais diversas empresas privadas que, apesar do muito dinheiro despendido pela CML, nem sempre corresponderam com a qualidade exatável, a CML continua a insistir em contratar privados do que investir nos próprios serviços. Setores de atividade públicos e municipais que, com um maior investimento em meios humanos, materiais e mecânicos, poderiam responder melhor e mais barato às necessidades da cidade e dos municípios.

Como não gostamos de falar no abstrato, deixamos aqui dois exemplos concretos, nomeadamente:

➤ A CML voltou a contratar uma empresa para efectuar a limpeza de grafitis por toda



a cidade, quando já dispõe de um serviço para o mesmo fim, mas sem nunca o prover dos meios para a sua atividade. Não é de estranhar, portanto, que, apesar da sua existência, o mesmo é desconhecido para a esmagadora maioria dos municípios.

➤ A CML voltou a contratar uma empresa para efectuar o controlo de pragas por toda a cidade, quando também já dispõe de uma brigada para essa missão. Bastaria um simples alargamento na quantidade de equipas de intervenção, associado à aquisição de um maior número de meios materiais e seria possível dar resposta às necessidades de todo o concelho de Lisboa.

Neste último caso torna-se ainda mais evidente a falta de zelo pelo interesse público e, principalmente, pela gestão do erário pú-

blico. Existem relatos da reincidência neste tipo de contratação apesar das péssimas experiências constatadas num passado recente.

Na maioria dos casos e após a ação ineficaz e ineficiente por parte destas empresas, tornou-se imprescindível a intervenção da Brigada de Controlo de Pragas, observando que as quantidades de produtos utilizados [pelas empresas em questão], era claramente insuficiente para a resolução do(s) respetivo(s) problema(s).

Quanto custará aos cofres do município as políticas de “trabalhos mínimos” por parte destas empresas? Além de receberem verbas da autarquia para realizarem um determinado serviço, aparentemente, não são obrigadas a realiza-lo satisfatoriamente...

É pertinente lembrar que o principal objetivo da iniciativa privada é a maximização do lucro, secundarizando o interesse público, ou seja, a satisfação dos interesses das populações. Para o STML a defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações passa obrigatoriamente por uma estratégia de valorização e investimento nos serviços públicos municipais, ou seja, o oposto do que tem sido feito até aqui por este executivo. ■

Desinvestimento como opção política na Saúde e Segurança do Trabalho

Não existe, em Portugal, e por maioria de razão, na Câmara Municipal de Lisboa, uma verdadeira cultura de segurança e saúde no trabalho. Se é verdade que nos últimos tempos começaram a aparecer Programas Integrados de Segurança e Saúde em alguns serviços, na maior parte do Município – e mesmo nos setores que existem os referidos programas, a Câmara não tem em verdadeira consideração as condições cada vez mais precárias no plano das respetivas instalações. E isso torna-se ainda mais evidente quando nos apercebemos das opções políticas que estão por detrás da degradação das condições de trabalho.

O argumento central são as condicionantes financeiras. E isso fica mais evidente com a inexistência de verbas orçamentais para este tão importante assunto para os trabalhadores. Aplica-se na CML a “verdade” do Sr. Ulrich “ai aguentam... aguentam”.

E é assim que “alegremente”, há instalações a cair de podre; fardamentos em “fardamentos”; Equipamentos de Proteção Individual desatualizados e desadequados; desrespeito pelos Programas Integrados de Segurança e Saúde em função das “necessidades de serviço”, etc., etc.

É assim que a esmagadora maioria das Direções Municipais não respeita a legislação em termos de Segurança e Saúde, nomeadamente, na obrigatoriedade da consulta aos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho (RdT). Esta constatação verifica-se em matérias respeitantes a novas instalações, transferências de instalações ou a equipamentos de proteção individual (no qual se enquadram os chamados “fardamentos”).

Estão referenciadas várias instalações que representam um verdadeiro perigo para os trabalhadores que aí estão sediados – Pos-

tos de Limpeza dos Restauradores, Marvila e 1º de Maio, por exemplo. Continuam-se a verificar instalações com cobertura em fibrocimento.

Muitos dos problemas de Segurança e Saúde só são resolvidos com a mobilização e ação organizada dos trabalhadores através do STML e a intervenção articulada com alguns dos RdTs. Mas parte destes problemas nem seriam problemas se de facto houvesse uma definição política que demonstrasse uma preocupação genuína pela dignidade humana dos trabalhadores.

É legítimo questionar se esta desvalorização não se prende com uma “degradação planeada” que vise argumentar, por parte da CML, o facto de não ter condições financeiras para resolver determinados problemas e, conseqüentemente, decidir pela abertura de diversos setores à chamada “iniciativa privada”. ■

Em que pretendem transformar o Regimento de Sapadores Bombeiros?



Na génese dos bombeiros, e neste particular do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB), está o apoio às populações, nas mais diversificadas vertentes, como prova a carta régia de 25 de agosto de 1395, onde D. João I confirma, a pedido da Câmara, medidas concretas para a prevenção e combate a incêndios em Lisboa.

Desde essa época, e já lá vão mais de seis séculos, ouve inúmeras mudanças, e ao longo dos anos, como demonstra a história desta nobre instituição, o objetivo dos dirigentes camarários foi sempre o de dotar o corpo de bombeiros, hoje RSB, de profissionais e de equipamentos, por forma a garantir a segurança dos municípios de Lisboa, assim como de todos aqueles que diariamente, pelas mais diversas razões se deslocam à cidade.

Já em pleno século XX, mais precisamente em agosto de 1988, após o grande incêndio do Chiado, o executivo camarário da altura, constatou que os meios que o então Regimento [nascido um ano antes - passou de Batalhão a Regimento em 1987] possuía, quer em número de profissionais, quer em equipamentos, eram insuficientes face aos perigos que uma sociedade em constante mudança e evolução implicava.

Não será necessário recuarmos muitos anos, para nos apercebermos que todos os serviços do RSB eram dirigidos, chefiados e executados exclusivamente por bombeiros profissionais. Todos os serviços funcionavam em perfeita sintonia e articulavam-se de forma a nunca existirem geminação de funções. A nossa "Casa" gozava de prestígio nacional e era reconhecida pelos municípios e pelas mais diversas organizações da sociedade civil e militar.

Atualmente, existem cerca de 800 bombeiros num quadro que comporta 1112. Dos cerca de 800, só aproximadamente 600 exercem funções de socorro, o que significa que o RSB num turno de serviço diário, poderá ter uma média de 100 bombeiros de serviço. Este número poderá oscilar, dependendo de alguns fatores, tais como férias, baixas por motivo de doença ou acidente ao serviço, formação, ou outro tipo de situação.

O regimento está a passar por uma situação muito delicada, e já por diversas vezes e por diversas formas, este sindicato alertou o atual executivo camarário sobre os perigos que poderão resultar se não forem dados os passos necessários para se resolverem com urgência situações como:

1. O vazio hierárquico que se instalou com a saída da quase totalidade das chefias;
2. O insuficiente número de profissionais no socorro;

3. A não manutenção atempada e correta dos aquartelamentos;
4. A necessária aquisição de algumas viaturas de socorro;
5. A aquisição urgente de equipamentos de proteção individual;
6. A aquisição não menos urgente de fardamento, pois neste momento simplesmente não existe fardamento;
7. A aprovação de um texto tão importante para qualquer organização, como é o regulamento interno.

Mas o que temos visto, por parte dos dirigentes camarários, é uma incompetência e uma gravíssima ausência de prioridades, para resolver estes e outros problemas que aqui não foram mencionadas, mas que nem por isso são de menor importância.

Nos últimos anos temos assistido a uma autêntica avalanche de entrada de pessoal civil, oriundo das mais diversas áreas de atividade, para desempenhar funções no RSB, a tal ponto que, diariamente, são em maior número que os profissionais que todos os dias praticam o serviço de socorro. Uma constatação de todo incompreensível e inaceitável. Este executivo camarário está a desvirtuar aquilo que foi e deve continuar a ser o Regimento de Sapadores Bombeiros. A salvaguarda dos municípios e dos seus bens só é possível com a aposta em profissionais do socorro [os Bombeiros Sapadores], pois são eles os únicos que conhecem os serviços, as necessidades e a realidade do RSB.

O RSB não pode servir como moeda de troca ou de pagamento de favores políticos, nem de vazadouro de pessoas para dar seguimento às políticas economicistas e que privilegiam a precaridade laboral que o governo da coligação PSD/CDS está a implementar. Uma política que este executivo camarário persiste em dar continuidade sendo, como o povo diz, "mais papista que o Papa"! É necessário relembrar urgentemente ao Dr. António Costa, que o Regimento são os Bombeiros.



Podem os bombeiros, e todos os trabalhadores da CML, contar sempre com o apoio incondicional deste sindicato para resolver os obstáculos e as intolerâncias que lhes são colocadas. Seja em conversações, nos tribunais ou na rua, o STML não desiste das lutas e mais uma vez conseguimos que se fizesse **justiça** relativamente à tentativa de reprimir a opinião dos bombeiros nas redes sociais (facebook) sobre a forma como é feita a gestão da nossa casa. A conclusão foi o **arquivamento do processo**.

A repressão sobre a liberdade de expressão era o método de trabalho ideal do regime Salazarista, que caiu com o 25 de abril, mas parece haver pessoas que ainda não se deram conta disso. **Fazer calar os trabalhadores pela força, como se fazia em ditadura, já não funciona! Unidos temos mais força! Dia 15 de março saímos à rua e contestamos esta política! ■**

Combater o esvaziamento da de competências para

Na sequência da aprovação da Lei n.º 56/2012, onde se prevê a transferência de um vasto leque de competências para as Juntas de Freguesia, missões que até hoje têm estado sob a responsabilidade da CML, o STML solicitou de imediato uma reunião com caráter de urgência ao presidente da autarquia. O objetivo principal desta reunião seria perceber quais as intenções de António Costa e quais os serviços e respetivos meios humanos e materiais que poderiam vir a sair da alçada da Câmara Municipal.

Considerando a falta de resposta por parte do gabinete do presidente da autarquia em definir uma data para a concretização dessa reunião, decidimos inscrever-nos na Sessão Pública de Câmara, de fins de Novembro [2012]. As respostas tornavam-se urgentes face ao acumular de dúvidas, indefinições e legítimas preocupações dos trabalhadores do município.

O STML não chegou a intervir na referida Sessão Pública, porque, entretanto, foi convidado pelo presidente António Costa para uma “apresentação” sobre este processo em inícios de Dezembro, juntamente com outros sindicatos.

A apresentação foi genérica, sendo afirmado pelo edil a intenção de transferir para as Juntas de Freguesia todas as competências previstas na lei publicada, envolvendo os meios humanos, financeiros e patrimoniais necessários e convidando os sindicatos a participarem em grupos de trabalho onde se avaliariam essas transferências.

O STML manifestou-se contra a saída de qualquer serviço ou trabalhador da CML, como princípio essencial, pois considera que não haverá ganhos para a população lisboeta, nem “aproximação aos munícipes”, chavão utilizado pelo executivo municipal socialista, para justificar tais transferências. Muito pelo contrário!

Será expetável a degradação do serviço público que agora é prestado pelo município em inúmeras áreas, acarretando aumento de custos para os habitantes de Lisboa e para a CML e, a prazo, abrirá portas à privatização destes serviços, pondo em causa o posto de trabalho de milhares de trabalhadores ou, simplesmente, empurrando-os para a mobilidade especial.

Por outro lado, o STML afirmou claramente que não fará parte de grupos de trabalho, constituído unicamente para legitimar um processo à partida inquinado, que tem como único propósito a transferência de trabalhadores para entidades exteriores à câmara municipal, mesmo de natureza pública, como as juntas de freguesia.

O executivo camarário, deve apresentar as propostas que considera importantes ao sindicato, que as avaliará em conjunto com os trabalhadores. É esta dinâmica que está na essência do STML há mais de 35 anos e será com esta metodologia que decidiremos a nossa posição, as ações a desenvolver, quando, onde e como.

Nessa apresentação de dezembro, o presidente António Costa definiu o fim de Janeiro de 2013 como o momento oportuno para transmitir aos sindicatos quais as competências que ficariam no âmbito da CML, enquanto áreas estruturantes e, por exclusão de

partes, quais as competências que caberiam às Juntas de Freguesia.

Para alicerçar a posição do executivo sobre este assunto, as diversas **Direções Municipais** teriam que fundamentar e transmitir até ao último dia de 2012, quais os meios humanos e patrimoniais



necessários para satisfazerem as competências em causa, além de apresentar uma proposta que definisse quais os serviços e áreas de intervenção pública que poderiam ser transferidos para as juntas de freguesia.

Como é evidente, os prazos definidos não foram cumpridos, considerando a natureza complexa deste assunto, associado às

CML através da transferência as Juntas de Freguesia

preocupações e sensibilidades em torno do mesmo.

Deste modo, em inícios de fevereiro, o STML solicitou uma nova reunião ao presidente da autarquia. Por sua vez, António Costa delegou a discussão deste assunto na vereadora responsável pelo Pelouro da Modernização Administrativa e Descentraliza-



ção, Graça Fonseca.

A Sra. vereadora respondeu ao STML no dia 27 de fevereiro, por coincidência (!?) no dia em que o STML se preparava para intervir na Sessão Pública de Câmara...

A vereadora, após registar as preocupações e dúvidas transmitidas pelo STML, reafirmou o que já tinha observado por es-

crito, isto é, que ainda estava na fase de recolha e compilação da informação proveniente das Direções Municipais. Porventura, agendar-se-ia uma reunião no espaço de duas semanas (!?). Quando a presente edição d'Trabalhador chegar a casa dos nossos associados, teremos a confirmação sobre a natureza deste compromisso.

Um elemento que pode ser decisivo em todo este processo é o **estudo fundamentado** de vários serviços municipais, defendendo a manutenção de competências sob a alçada da CML. No plano da eficácia, eficiência e economia, demonstram sem margem para dúvida as vantagens em ser a autarquia e não qualquer junta de freguesia, a assumir essas mesmas competências. Um dos argumentos apresentados de grande importância é a centralização de vários serviços que, por si só, garante a sua operacionalização com qualidade e sustentabilidade. Exemplos paradigmáticos são os casos da limpeza urbana ou da gestão de mercado e feiras. Todavia, o mesmo fundamento pode-se aplicar aos equipamentos desportivos, culturais, oficinas e, por inerência, no cômputo geral, todos os restantes serviços que garantem o bom funcionamento da autarquia, ou seja, os denominados serviços transversais.

A decisão em transferir competências da CML para as juntas de freguesias resume-se, assim, à vontade e a uma decisão exclusivamente política, que dificilmente terá pernas para andar, se for contra a vontade de todos os principais interessados neste assunto. Desde trabalhadores, operacionais e técnicos, a muitas chefias intermédias e superiores, todos são unânimes em defender o serviço público municipal, a sua valorização e investimento adequado, de forma a prestar um serviço de qualidade, progressivamente superior, à cidade e população de Lisboa.

Veremos então de que lado ficará António Costa: se do lado que privilegia a política de esvaziamento e destruição [numa ótica claramente neoliberal] ou, se do lado que passa pela defesa da cidade e de quem vive e trabalha nela. Para quem se recandidata à maior autarquia do país e apresenta como “bandeira” principal a defesa dos interesses dos lisboetas, a decisão nesta matéria será de capital importância para percebermos quem de facto é António Costa e que interesses de facto defende.

Independentemente de eventuais cenários, o STML, consciente da transformação que a aplicação desta lei pode causar à vida dos trabalhadores e à composição dos serviços municipais, estará atento e determinado na defesa dos seus direitos e avançará com os processos de luta que se considerem necessários, com vista à derrota de um plano cujos objetivos há muito conhecemos e com os quais discordamos totalmente.

O resultado da luta materializará a vontade demonstrada por todos quantos possam vir a ser afetados por este processo, o mesmo é dizer: **a luta diz respeito a todos e todos, deve envolver!**

Unidos, informados e mobilizados somos mais fortes! Lutamos pelos serviços públicos municipais, lutamos pela manutenção do nosso posto de trabalho! ▪

Dirigentes, delegados e ativistas sindicais da Frente Comum contestaram a política do governo junto ao Ministério das Finanças

Decorreu, na manhã de 21 de janeiro, em frente ao Ministério das Finanças, uma ação de protesto de dirigentes e ativistas sindicais da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP). Esta ação desenvolveu-se ao mesmo tempo que uma delegação destes sindicatos era recebida pelo secretário de Estado da Administração Pública [SEAP], no âmbito das reuniões periódicas que decorrem entre o governo e sindicatos da Administração Pública.

Mais uma vez, como a FCSAP tem denunciado, estas reuniões não resultam em qualquer negociação ou discussão séria das matérias propostas. Pelo contrário, revestem-se de uma extrema gravidade para o futuro dos trabalhadores que desempenham funções públicas, revelando-se o SEAP um porta-voz do governo sem autoridade negocial, mas que serve apenas para debitar o rol de medidas e, quando questionado, limita-se a registar sem poder assumir o que quer que seja.

Desta vez, no menu apresentado pelo porta-voz do governo, estava o famoso “buraco” dos 4 mil milhões e como “tapá-lo” à custa da redução das funções sociais do Estado e, claro está, à conta dos sacrifícios dos trabalhadores da Administração Pública.

O SEAP, que é um dos “obreiros” que estiveram na origem do famoso relatório do FMI, presenteou a FCSAP com um estudo “muito bem feito” sobre os horários praticados na União Europeia, onde a média, afirma, é superior à portuguesa... Obviamente, estávamos perante uma espécie de “recado” sobre a possibilidade do aumento da jornada de trabalho para os trabalhadores do setor público.

Mais uma vez, à conta do argumento da “equidade”, o governo quer fazer convergir os sistemas de segurança social público e privado, nomeadamente no pagamento das baixas por doença, ou seja, reduzir de 90%, para 60% o valor pago aos trabalhadores beneficiários da segurança social. Porque não fazer o nivelamento por cima, ou seja, subindo o valor pago a estes trabalhadores?

O governo não quer acabar com a ADSE, diz o SEAP, mas tem de reduzir substancialmente as comparticipações nos medicamentos (!), ou seja, vai acabando lentamente com o este sistema.

O governo, segundo o SEAP, não vai despedir trabalhadores, a não ser os detentores de contratos a termo, mas a mobilidade especial será utilizada em maior número... Será necessário explicar estas afirmações? Parece-nos óbvias as intenções deste governo.

Quando a delegação da FCSAP abandonou o Ministério, a sua coordenadora dirigiu-se ao plenário ali presente onde deu conta dos temas abordados e das posições a adotar.

Torna-se um imperativo de todos os sindicatos, dirigentes, delegados e trabalhadores da administração pública desenvolver desde já o trabalho de dinamização necessário para que a jornada de luta nacional, que a Frente Comum convocou para o dia **15 de Março**, seja um contributo importante para a derrota deste governo e desta política.

É preciso pôr fim a esta política de terrorismo social contra os trabalhadores e de desastre nacional praticada por este Governo fora-da-lei. ■

Uma extraordinária resposta dos trabalhadores portugueses à política de direita e a este governo em particular!

A 16 de fevereiro último, a CGTP-IN realizou uma Grande Jornada Nacional de Acção e Luta, sob o lema "Contra a Exploração e o Empobrecimento - Acabar com este Governo e esta política! Trabalho com Direitos! Saúde, Educação e Segurança Social para Todos", com expressão em 24 manifestações/concentrações de norte a sul do país.

Muitos foram os milhares de pessoas que responderam ao apelo da CGTP-IN para sair à rua em unidade, contra a política de direita levada a cabo por este Governo.

Centenas de milhares numa luta nacional, que em todos os distritos do país, com grandiosas manifestações de trabalhadores e desempregados, de jovens e reformados, de todas as camadas da população que estão sujeitas à política de austeridade que empurra o país e o povo português para o abismo. Uma política de exploração e empobrecimento que teve uma resposta evidente dos portugueses que, alto e bom som, exclamaram um redondo “vai-te embora”. Uma luta que uniu o país exigindo trabalho com direitos, pela Educação e a Saúde para todos e em defesa da Segurança Social Pública, Solidária e Universal.

Salientamos e valorizamos o envolvimento consciente dos trabalhadores do município de Lisboa, que participaram em elevado número nesta ação de luta que decorreu do Príncipe Real à Praça do Município.

Numa manifestação de carga simbólica acrescida, considerando que a mesma terminou junto à “nossa casa”, foi possível levar o descontentamento

generalizado que se sente pelos inúmeros locais de trabalho da CML e Empresas Municipais face ao modo como está a ser dirigida a autarquia pelo executivo PS, liderado por António Costa.

Um repúdio e um protesto que não se limitou à política do governo, mas que também denunciou e criticou as opções políticas assumidas para a cidade e, principalmente, as políticas que afetam inexoravelmente a vida dos trabalhadores do município.

Com a convicção demonstrada nesse sábado por milhares de homens e mulheres afirmamos, sem margem para qualquer dúvida, que a LUTA CONTINUA! ■



15 de Março

Defender os serviços públicos, defender o nosso posto de trabalho, os nossos direitos e os interesses das populações!

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FC-SAP) convocou, para o dia 15 de Março, uma grande manifestação nacional de todos os trabalhadores da administração pública. Perante uma política miserável levada a cabo por um governo autista, arrogante e bem ciente dos objetivos que persegue, os trabalhadores não têm outra solução que não passe pela luta organizada e pelo combate determinado a Passos, Portas e companhia.

O **nosso** objetivo é simples: passa impreterivelmente pela demissão deste governo e a criação de condições para a efetivação de uma política que defenda os interesses nacionais, ou seja, os interesses do povo e dos trabalhadores portugueses e, em particular, dos trabalhadores da administração pública.

Ao contrário do que o governo afirma, não superamos a crise económica. A falácia muito propagada nos últimos tempos do “regresso aos mercados”, implica um maior endividamento do país e a taxas de juro insuportáveis.

O governo tem a perfeita noção do falhanço redondo da sua política e neste sentido, aprofunda um caminho já de si desastroso. Constatamos a intenção em despedir mais de 100 mil trabalhadores da administração pública; em aumentar o horário de trabalho para 40 horas semanais (apesar dos avanços e recuos nesta matéria); na generalização do banco de horas individual e grupal; na imposição da lei da mobilidade especial e geográfica; ou, ainda, a ideia de tornar definitivos os cortes nos salários verificados em 2011 com o anterior governo de Sócrates. A tudo isto somam-se os roubos, totais ou parciais, dos subsídios de férias e de natal de 2012 e 2013.

No plano das funções sociais do Estado, PSD e CDS, regressando a uma visão do século XIX, pretendem diminuir o “peso” do Estado na sociedade. Nesta visão, o direito à saúde, à educação ou à proteção social depende apenas dos rendimentos de cada um... Por esta via, generaliza-se a pobreza e eterniza-se as suas consequências. Contudo, já não falamos em “gorduras do Estado” quando se injetam milhares de milhões de euros nos bancos privados e se pactua com crimes lesa pátria, como nos casos do BPN, BPI ou BPP, aos quais se acrescenta agora o BANIF.

Defender os nossos postos de trabalho é defender os serviços públicos e os direitos das populações. Lutar por um país desenvolvido, independente e soberano é lutar por um setor público forte, dinâmico e com capacidade de intervenção. Não se pode deixar ao setor privado missões que, pela sua natureza, estão apenas ao alcance do setor público, isto é, do Estado.

É por demais evidente que a política deste governo não serve os interesses nacionais! A confirmarem-se as mais otimistas estimativas da evolução do país, Portugal chegará ao fim de 2013, dois anos e meio após a entrada da troika pela mão do PS/PSD/CDS, com uma recessão acumulada de pelo menos 7,7% e com mais de 400 mil empregos destruídos. Com uma taxa de desemprego de 25,3% [em sentido lato], o país está cada vez mais pobre, os jovens são obrigados a emigrar, os mais idosos passam fome. É preciso dizer BASTA! É urgente demitir este governo!



Dia 15 de Março, às 14h30, concentramo-nos no Marquês de Pombal e exigimos:

1. Salários e pensões dignos, contra o seu roubo total ou parcial e a sua pretendida redução permanente;
2. O pagamento dos subsídios de férias e de Natal roubados;
3. Segurança no emprego, contra a precariedade e os despedimentos, quer sejam efetuados de forma selvagem, quer através do chamado mútuo acordo, ou através do Sistema de Mobilidade Especial;
4. Serviços públicos eficazes e de qualidade, contra a redução brutal do número de trabalhadores e a privatização dos serviços públicos rentáveis;
5. A manutenção do horário de trabalho, contra o seu alargamento e a sua desregulamentação, quer com a adaptabilidade, quer com os bancos de horas;
6. Um ensino e uma Escola Pública de qualidade, contra a elitização e privatização do ensino;
7. Um Serviço Nacional de Saúde, contra a sua destruição e entrega ao capital financeiro;
8. A manutenção da ADSE e melhoria dos benefícios que presta;
9. A manutenção e melhoria dos direitos na doença, contra a redução do vencimento por doença.

Na Câmara Municipal de Lisboa somam-se as injustiças e as incertezas, resultado da política ignóbil do executivo socialista liderado por António Costa, o homem dos banqueiros [segundo a Revista Visão, de 2 de fevereiro].

A reforma administrativa da cidade, cozinhada pelo PS/PSD, definiu um conjunto de competências que coloca objetivamente em risco o futuro de milhares de trabalhadores da autarquia de Lisboa. Só a luta organizada e firme de todos os trabalhadores, independentemente do setor profissional de origem, poderá travar este infame esvaziamento do município. Também aqui lutamos pelo nosso posto de trabalho, pelos nossos direitos e remunerações e, também aqui, defendemos os interesses da população da cidade de Lisboa.

A luta é mais forte com todos e todos devem assumir a responsabilidade da luta!

Dia 15 de Março, ao abrigo do pré-aviso de greve das 13h00 às 20h00, os trabalhadores do município de Lisboa devem sair à rua e fazer-se ouvir! ■

“Multi-ABUSOS” no Campo Grande

É, de facto, desesperante olhar para a descrição do novo Espaço Multiusos para os trabalhadores do Edifício Central do Campo Grande. A Câmara Municipal de Lisboa teima em não perceber as verdadeiras necessidades dos trabalhadores e inventa “festa” e termos técnicos para não fazer nada daquilo que é verdadeiramente necessário e reclamado por todos os trabalhadores que ali trabalham.



Dizem que uma máquina de café é motivo de reunião. Quantas existem no edifício? Será por estar numa sala que querem que seja o supra sumo da barbatana?

Falam em “copa seca”. Deve ser um



termo que se utiliza quando a carteira de cada trabalhador, também está seca!

“Aquecer e degustar a sua refeição trazida de casa (ou de fora)”. Isto é o cúmulo! “Degustar”? Não seria melhor dizer a verdade: Reaquecer comida feita no dia anterior!

Para o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, que regularmente ouve os trabalhadores deste edifício, esta iniciativa é um embuste e serve para gozar com quem trabalha diariamente num edifício que não cumpre as elementares regras, nomeadamente, a existência de um “REFEITÓRIO” com cozinheiras da Câmara Municipal de Lisboa e com condições que há muito deveriam ter sido

criadas.

António Costa está a chegar ao fim de um mandato e não ouviu os trabalhadores deste Edifício. Ele e o seu séquito não nos venham com “copas secas” e medições de perímetros abdominais promovidas pelo Departamento de Saúde, Higiene e Segurança, porque não é isso que os trabalhadores há muito reclamam.

Será que ainda vão a tempo de aprender a ouvir e a ler o que sistematicamente colocamos nestas páginas? Os Trabalhadores querem um “REFEITÓRIO” e não um “Multi-ABUSOS”.



Nota: fotos retiradas na intranet da Câmara Municipal de Lisboa ■

“Coordenadores existem e têm de ser reconhecidos”

O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa tem constatado que, cada vez com maior frequência, são apresentadas questões e dúvidas de trabalhadores seus associados que pretendem ser esclarecidos sobre o enquadramento funcional de exercício de funções pelos designados “coordenadores”, em diversas áreas do Município, no âmbito das carreiras gerais.

Estes trabalhadores, designados “coordenadores”, veem ser-lhes cometidas tarefas de organização, controle e até verificação de cumprimento de desempenho de outros trabalhadores e exaram despacho sobre decisões para as quais não possuem competência legalmente atribuída.

Ora, este trabalho desempenhado por estes “coordenadores” que, formalmente, não estão enquadrados em cargos de chefia e, como tal, também não são muito bem aceites pelos outros trabalhadores, mas que, materialmente decorrem de necessidades funcionais organizadas transversalmente ou de

serviços que operam no município de forma “desconcentrada”, mas integrados numa unidade orgânica nuclear ou flexível.

Assim, verificamos que esses modos “informais” de desempenho são determinados pelos serviços e amplamente divulgados pela estrutura municipal.

Desta forma, a orgânica da Câmara Municipal de Lisboa deveria conhecer as subunidades orgânicas e assumir a existência de cargos de direção intermédia de 3.º Grau, realidades que poderiam e deveriam colmatar as necessidades de chefia e direção e com total enquadramento legal que, de resto, tem vindo a ser implementado por outras autarquias.

O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa entende que esses casos deveriam ser verificados para correção nos termos legais e, para o efeito, já solicitou à vereadora dos Recursos Humanos a rápida correção desta situação gerada por uma reestruturação que pouco ou nada contou com a participação dos trabalhadores. ■

Espaço dos Aposentados

A Comissão de Reformados do STML esteve representada na 7.ª Conferência Nacional da Inter-Reformados/CGTP-IN, que se realizou a 18 de janeiro, sob o lema “**Uma vida de trabalho exige reformas dignas e direitos sociais**”, tendo o nosso associado Henrique Bastos sido eleito para a Direção Nacional/Comissão Executiva.

Dos vários documentos aprovados, destacamos “Orientações para o Reforço da Organização Sindical dos Reformados”, “Carta Reivindicativa” e “Resolução contra a Política de Direita, a Austeridade e o Empobrecimento”, que podem



ser consultados no STML ou em <http://www.cgtp.pt/inter-reformados>.

Inicialmente, assistimos a um apontamento musical, protagonizado pela soprano Ana Maria Pinto, cantando duas canções heróicas de Fernando Lopes Graça, e à projeção de um pequeno e interessantíssimo filme: “As boas ideias não têm idade... apenas têm futuro”.

Apesar das câmaras e da presença de, pelo menos, dois órgãos da comunicação social (RTP e Lusa), não houve qualquer referência na comunicação

social a este importante evento, que reuniu mais de 100 delegados de todo o país e dezenas de convidados.

SOMOS 36% DA POPULAÇÃO - DEVEMOS SER CONSIDERADOS PARCEIRO SOCIAL!

Somos confrontados diariamente com a degradação económica e social do país. Os dados avançados pelo INE espelham bem o resultado da política de austeridade: a taxa de desemprego disparou para 16,9% no último trimestre.

O aumento do desemprego, dos impostos, das taxas moderadoras e dos bens essenciais, os cortes salariais, nas pensões, nas prestações e nos apoios sociais e a lei do arrendamento/despejos conduzem a um cada vez menor poder de compra. A recessão aprofunda-se com esta diminuição da procura interna, conjugada com a quebra significativa das exportações.

E este (des)governo, em vez de apresentar soluções, tem o desprante de vir à Assembleia da República dizer

que também se emociona com a situação que se vive no País!

A luta não pode parar! Os Reformados estiveram concentrados frente ao Ministério das Finanças a 1 de fevereiro, após o que uma delegação da IR e da FARPIL procedeu à entrega de um documento reivindicativo.

A 7 de fevereiro juntaram-se à acção promovida pela AIL, frente ao Ministério que tutela a habitação, pois uma vez mais serão os idosos as principais vítimas da nova lei de arrendamento.

No dia seguinte lá estavam, com o MURPI, frente ao Ministério da Segurança Social, onde foi entregue uma moção a reclamar por melhores pensões e cuidados de saúde.



SER REFORMADO NÃO É UM ESTIGMA - É UM DIREITO!

No âmbito da nossa actividade cultural, visitámos a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, sediada no Palácio Azurara. No Museu pudemos apreciar variadas peças de Mobiliário, Têxteis, Prataria, Porcelana Chinesa, Faiança Portuguesa e Azulejos, Pintura e Escultura. Nas oficinas de Madeiras, Metais, Encadernação e Decoração de Livros, Douramento, Passamanaria e Estofador tivemos oportunidade de falar com

alguns mestres e aprendizes e presenciar os seus extraordinários trabalhos de restauro.

Voltámos à rua a 16 de fevereiro, em uníssono com os trabalhadores no ativo, os estudantes, os desempregados, os pequenos empresários, com todos aqueles que entendem/sentem que **CHEGOU A HORA DO GOVERNO SE IR EMBORA!** ■

Porque a vida e a luta continuam!

O **STML** apela a todos os sócios em vias de aposentação para que se mantenham sindicalizados. Com uma quota mínima mensal de 0,50 €, podem participar nas actividades da **Comissão de Reformados**, tanto culturais como reivindicativas, beneficiando ainda de todos os direitos estatutários, incluindo o apoio jurídico.

A Interjovem prepara o Dia Nacional da Juventude Trabalhadora - 27 de Março!

A 7.ª Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-IN realizou-se, no dia 2 de fevereiro, na Casa Sindical do Porto, sob o lema: “*Mais Organização. Mais Luta. Mais Sindicato. Queremos Trabalho! Exigimos Direitos!*” A importância da sindicalização e participação no Movimento Sindical de Classe, por parte da juventude organizada nos seus locais de trabalho, como forma de combate ao grave problema de desemprego e de precariedade que a afeta, foi o mote da 7.ª Conferência Nacional da Interjovem.

Aos muitos problemas que afetam hoje os jovens trabalhadores em Portugal acresce a continuada ausência de definição e execução de políticas promotoras da independência dos jovens nos vários domínios. A esta intensificação da exploração, do empobrecimento, à emigração forçada, como o governo aconselha, e à destruição da soberania do nosso país, respondemos com uma luta crescente, com a participação de milhares de jovens nas greves gerais, nas lutas dos seus setores, nas inúmeras manifestações e concentrações realizadas.

A luta pelos nossos direitos e pela nossa vida não pode parar! Lutamos pela possibilidade, exequível, real e objetiva em construir um futuro correspondente às expectativas que cada um de nós legitimamente possui e, para tal, é imprescindível derrotar esta política e este governo em particular!

Os últimos dados sobre o desemprego, que saíram recentemente, são mais uma prova da urgência de sair à rua no **dia 27 de Março, Dia Nacional da Juventude Trabalhadora**.

634 mil jovens desempregados

A taxa real de desemprego (inclui os inativos à procura de emprego mas não disponíveis, os inativos disponíveis mas que

não procuram emprego e o subemprego dos trabalhadores a tempo parcial) é de **54,5% para os jovens entre 15 e 24 anos**, e de **28,1% entre os jovens dos 25 aos 34 anos**. Isto corresponde a um desemprego real de **634 mil jovens dos 15 aos 34 anos**, tendo cerca de 257 mil menos de 25 anos e 377 mil mais de 25 anos e menos de 35 anos. Estes dados revelam bem a ineficácia e falência desta política e desmascaram as sucessivas declarações dos membros do governo que, falaciosamente, continuam a afirmar que este é o caminho certo e inevitável. Mentem descaradamente, roubam sem escrúpulos o nosso futuro, a nossa dignidade, os nossos sonhos!

No fim dos trabalhos da 7.ª Conferência Nacional realizou-se uma manifestação, com os delegados e convidados, que teve início na Rua Padre António Vieira com rumo ao Largo Virgínia Moura. Uma ação de protesto que contou com a presença do secretário-geral da CGTP-IN.

Os jovens trabalhadores e todos os jovens que hoje são impedidos de entrar no mercado de trabalho, que são obrigados e emigrar ou a receber salários miseráveis sem qualquer garantia de estabilidade, demonstraram claramente a sua vontade em aprofundar a luta até à derrota das políticas dos “Passos e Portas” deste país

Este combate sai reforçado, com o anúncio de novas ações, em vários sectores, durante todo o mês de março, e uma grande **MANIFESTAÇÃO DE JOVENS TRABALHADORES NO DIA 27 (concentração às 15h00 na Rua do Carmo)**, onde não deixaremos de estar presentes. É essencial a mobilização de todos para que “*Tomem nas suas mãos os destinos das suas vidas*”, como afirmámos na Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-IN. ■



Orçamento Municipal para 2013

A CML em duodécimos

Voto contra de toda a oposição ao Orçamento Municipal para 2013 levará a Câmara Municipal de Lisboa a viver ao longo do ano com o anterior Orçamento, ou seja, em regime de duodécimos. Parece apenas ser estranho ao PS as razões do chumbo por todos os outros partidos com assento na Assembleia Municipal. Na verdade, ao verificarem-se as linhas gerais do Orçamento apresentado por António Costa é fácil perceber que entre um mau Orçamento e um ainda pior (como o que o PS tentava aprovar) era preferível deixar tudo como dantes.

Em causa, no documento para 2013, reiteravam-se as linhas gerais que têm caracterizado um executivo sem ideias para assegurar uma melhor qualidade de vida aos lisboetas e àquilo que é um dos maiores patrimónios do município: os seus trabalhadores. Neste campo, sublinha-se que, desde 2010, a CML perdeu 1169 postos de trabalho e o Orçamento proposto tinha em vista a prossecução de um caminho que iria certamente agravar a delapidação desta mais-valia. O resultado deste en-

colher do Mapa de Pessoal é o comprometimento cada vez mais evidente da resposta dos serviços municipais aos problemas reais da cidade. Por outro lado, e daí decorrente, é inadmissível que a CML volte a recorrer a contratos a tempo determinado para ir suprimindo necessidades de natureza permanente, conforme se tem e se iria continuar a verificar tendo em conta o Orçamento proposto.

Entre a parafernália dos “Simplis”, dos “empreendedorismos” ou das “incubadoras de ideias” que vão grassando neste simulacro de grandes iniciativas que mascara a governação do atual executivo, a vida em Lisboa degrada-se a olhos vistos e as interrogações são mais que muitas perante matérias fundamentais, onde o atual executivo não é capaz de apresentar qualquer visão estratégica. Por tudo isso, antes uma vida difícil em duodécimos que uma vida ainda mais complicada com um Orçamento sem ideias para resolver os problemas da cidade e das pessoas, e agravar ainda mais o já difícil dia-a-dia dos trabalhadores do Município de Lisboa. ■

4 mil milhões de razões para cortar no governo e na política de direita!

O governo das troikas quer cortar 4 mil milhões de euros no Estado Social. Ou seja, eles querem agravar as medidas de saque aos trabalhadores e ao povo português já contempladas num Orçamento do Estado que constitui uma monstruosidade fiscal; eles querem continuar

a atacar os rendimentos dos trabalhadores e dos pensionistas enquanto mantêm praticamente intocados os rendimentos do capital; eles querem destruir o Sistema Nacional de Saúde, a escola pública e a Segurança Social para beneficiar os interesses privados em áreas fundamentais; eles querem fazer tábuas rasas dos direitos constitucionais para, a reboque de uma economia depauperada, imporem a sua política de exploração, pobreza e exclusão.

Este governo está a liquidar Portugal arrasando direitos, liberdades e garantias, fragilizando a democracia e pondo em causa a soberania nacional. Cria desemprego a uma ritmo vertiginoso enquanto diz corrigir desequilíbrios de competitividade, assentando a solução numa política de baixos salários e exploração. Propõe despedimentos em larga escala

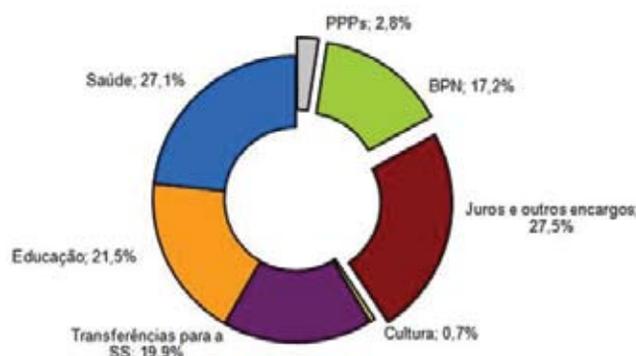
no sector público, fragilizando funções estratégicas e essenciais do Estado. Procura acertar contas com as conquistas do regime democrático impondo medidas que parecem saídas da escabrosa cartilha salazarista.

Feitas as contas, e se olharmos ao estado do país e ao

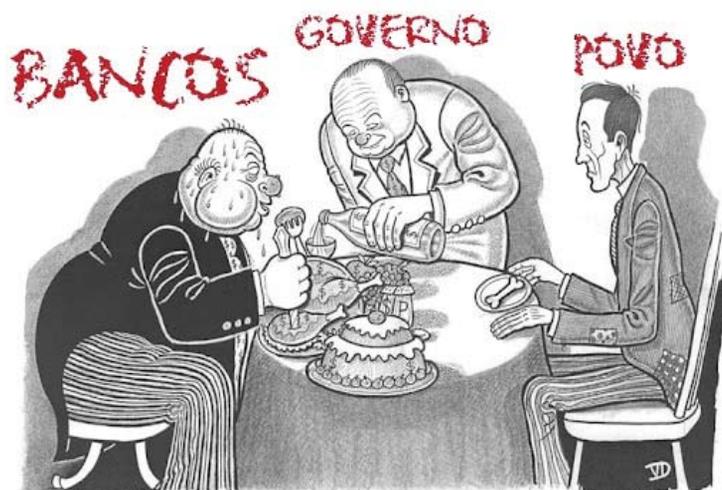
elenco geral de medidas e intenções que o governo PSD/CDS preconizou, ou pretende preconizar, temos certamente 4 mil milhões de razões para cortar de vez com esta maioria e com a política de direita. A luta dos trabalhadores e do povo português tornam-se, cada vez mais, um imperativo nacional. É preciso rasgar de vez o memorando da troika e pôr fim à maioria parla-

mentar de direita. É urgente uma convergência entre forças democráticas e progressistas capazes de constituir um novo governo capaz de conduzir Portugal à prosperidade, ao emprego com direitos e à inclusão social. O tempo é pois de acabar de vez com este estado de coisas e garantir o respeito pelos princípios e direitos constitucionais conquistados ao longo de décadas pelos trabalhadores e pelo povo. A bem desta e das gerações vindouras. ■

Para onde vão os seus impostos?



Um governo da banca para a banca: agora, o BANIF!



Num país onde se sucedem dezenas de falências e se perdem largas centenas de postos de trabalho por dia, há uma atividade que continua de vento em popa a gerar lucros à conta do dinheiro dos contribuintes e da destruição da economia nacional: a banca. Incólumes ao saque fiscal sobre os trabalhadores e ao desastre social em redor, os acionistas dos bancos usufruem de um estatuto de exceção que só um governo por si dominado poderia gozar numa conjuntura tão grave como a que vivemos. Assim, e depois dos já tão protelados casos BPN (o banco dos “amigalhaços” de Cavaco Silva) e BPP, eis que o regabofe dos dinheiros públicos continua na salvação do “negócio” com uma injeção de 1,1 mil milhões de euros no BANIF.

Se para os trabalhadores o receituário do Governo PSD/CDS é aplicar austeridade sobre austeridade, e assim arrasar um rol significativo de conquistas e direitos fundamentais consignados ao povo português, no mundo obscuro dos bancos a palavra de ordem é continuar a sugar tudo aquilo que for possível. Como dizia o banqueiro Ulrich, enquanto apresentava os lucros do seu banco perante uma plateia de acionistas radiantes, “eles aguentam”. Pois, “eles” somos nós, os trabalhadores que o governo rouba ou os mais de um milhão e quatrocentos mil desempregados vilipendiados ao ritmo vertiginoso de um piscar de olhos. Vale tudo para os capachos da banca desde que os acionistas dos bancos continuem a encher os bolsos como se nada se passasse.

Em 2008, o governo PS liderado por Sócrates e Teixeira dos Santos justificava o esforço de “nacionalização” do BPN com o risco sistémico para o sistema financeiro português. A “operação” de compra dos prejuízos do banco e seus tentáculos pelo Estado custou ao povo português uma quantia ainda longe de estar calculada – as últimas estimativas apontam para mais de 7 mil milhões de euros! Menos de quatro anos depois, e ainda longe de se saber ao certo os impactos financeiros nas contas públicas da fraude do BPP ou das linhas de crédito de valores incalculáveis disponibilizadas à restante banca privada (que se chora porque, leia-se bem, “o Estado emprega taxas de juro agiotas”, citando banqueiros como Ricardo Salgado, o tal que se esqueceu de declarar 8

milhões de euros ao Fisco e acabou amnistiado), o governo de Passos Coelho e Vítor Gaspar decidiram salvar o BANIF, outro banco falido porque alguns dos seus acionistas já dali retiraram tudo o que havia para tirar, e mais ainda – o banco está, como confessou um dos ex-administradores, “afundado em dívidas”.

O argumento do risco sistémico continua pela voz do comprometido mas despudorado Vítor Gaspar. Não terá sido à toa que o inenarrável ministro fantoche dos banqueiros e da troika tornou pública a “operação” na ressaca do natal e da passagem de ano. O “negócio” de salvar um banco que, em números redondos, vale pouco mais de 550 milhões de euros, custa-nos qualquer coisa como o dobro, ou seja, mais do que o subsídio de férias dos funcionários públicos que é roubado por via do Orçamento do Estado de 2013. O “negócio” tem ainda nuances mais escandalosas quando nenhuma garantia que vise reaver o dinheiro injetado ficou assegurada pelo Estado. Mais ainda, o próprio Estado, apesar de se tornar no maior acionista do banco, não exerce qualquer poder de gestão nos destinos da instituição. Ou seja, limita-se a assumir os riscos enquanto os acionistas privados governam a seu belo prazer com o dinheiro dos contribuintes.

Mandatado pela troika, o governo PSD/CDS (com a complacência velada do PS) lá vai continuando a fazer negócios escabrosos enquanto sangra o povo e o país. Quanto à banca, salva pelo Estado após a crise financeira resultante da atividade especulativa, vai impondo, por via deste governo fantoche, programas destinados a confiscar os direitos e os rendimentos dos trabalhadores em seu proveito como aqui se vê. Porque, em suma, é este o uso dado aos sacrifícios pedidos ao povo e aos trabalhadores num mundo dominado pela selvajaria do capitalismo. ■



Acelera o desemprego e a destruição do emprego!

A economia afunda-se e entra em espiral recessiva e Passo Coelho afirma que está em linha de conta com as previsões do Governo e que é apenas uma seleção natural!?

No último trimestre de 2012 verificou-se uma aceleração rápida, quer do desemprego quer da destruição de emprego, o que é um indicador claro da espiral recessiva em que o país já está mergulhado devido à política recessiva violenta imposta pelo governo e “troika”. Se dividirmos o período de governo PSD/CDS e “troika” em dois subperíodos (1º Trm.2011/3º Trm.2012, e 4º Trm.2012), concluímos que se verificou no 4º Trimestre de 2012 uma aceleração brutal quer do desemprego quer da destruição de emprego. No período que vai do 1º Trm.2011 ao 3º Trm.2012, a taxa de desemprego oficial aumentou, em média, 0,6 pontos percentuais por trimestre (desemprego real subiu 1 ponto percentual por trimestre), e a destruição de emprego atingiu, em média, 388 empregos por dia; mas no 4º Trimestre de 2012 a taxa de desemprego oficial aumentou 1,1 pontos percentuais apenas num único trimestre (a real subiu 1,6 pontos percentuais), e a destruição de emprego atingiu, em média, **1353 empregos por dia**, ou seja, 3,5 mais do que o verificado no subperíodo anterior.

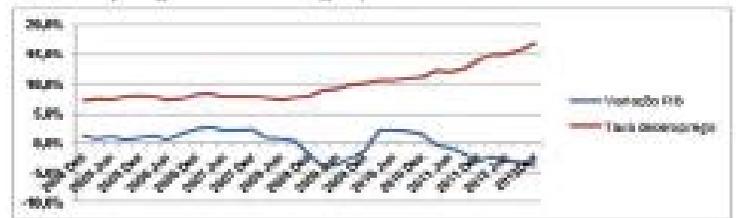
E não se pense que são apenas estes dois indicadores – desemprego e destruição de emprego – que revelam uma aceleração do agravamento da crise económica e social do país. O INE tem divulgado já em 2013 um conjunto de informação sobre os vários setores mais importantes da economia e sociedade portuguesa – indústria, serviços, investimento, rendimentos, etc. – que confirmam o agravamento da crise económica e social. Mesmo as exportações, em que assentava a recuperação fictícia do governo e da “troika”, aumentaram apenas 1% no 4º Trimestre de 2012, tendo-se verificado num só ano – 2012 – uma redução do índice do custo do trabalho em 14,9%, o que traduz uma redução brutal nos rendimentos dos trabalhadores.

Por outro lado, a perda para o país devido ao desemprego é gigantesca: variando, conforme se considere o desemprego oficial ou o desemprego real: (1) Entre 36.805 milhões € do PIB (22% do PIB previsto para 2013) e 48.341 milhões € do PIB (29% do PIB previsto); (2) Entre 14.354 milhões e 18.853 milhões € de salários; (3) Entre

3.802 milhões € e 4.994 milhões € (e só consideramos o IRS e IVA); (4) E entre 4.988 milhões € e 6.551 milhões € de contribuições para a Segurança Social.

São valores gigantescos de riqueza e receitas contributivas perdidas, que são indispensáveis ao desenvolvimento do país e ao bem-estar dos portugueses, que a política recessiva violenta imposta ao país pelo governo PSD/CDS e pela “troika” tem feito aumentar de uma forma acelerada. O **gráfico 1**, construído com dados oficiais do INE e do Banco de Portugal, mostra de uma forma clara os efeitos diretos da recessão económica no aumento brutal do desemprego.

Gráfico 1- Variação trimestral do PIB e da taxa de desemprego em Portugal, 2004-2012



É clara uma forte correlação negativa entre a taxa de variação do PIB e a taxa de desemprego, ou seja, quando a taxa de variação do PIB diminui ou torna-se negativa, a taxa de desemprego aumenta. Em Portugal, o desemprego só diminui quando a taxa de crescimento do PIB é superior a 2%. Afirmar, como faz Passos Coelho, Vitor Gaspar, António Borges, personagens de outro mundo, que, em 2013, e mais acentuadamente em 2014, se verificará uma inversão na situação económica, e que o desemprego diminuirá, só pode ser, ou por ignorância sobre a economia, ou então, com a intenção clara de enganar e manipular a opinião pública.

Eugénio Rosa, Economista ■

“Serviços pouco Sociais já em campanha”

É notório o início de campanha para os órgãos sociais dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa. Diz a atual direção (com os dias contados) que os SSCML “*foram criados para realizar uma nobre finalidade, a proteção solidária dos trabalhadores da Autarquia e dos respetivos agregados familiares, tendo em vista a permanente melhoria da sua qualidade de vida e a sempre renovada esperança num futuro melhor*”.

O que temos vindo a assistir é a uma degradação desse futuro e a uma tendência de privatização destes serviços que, há muito, deixaram de ser “a nossa Caixa” e que agora é ultra apetitosa para os gulosos grupos financeiros e seguradores com atividade na área dos cuidados de saúde.

Dizem-se agora (que chegam ao fim de um mandato obscuro) “empenhados num esforço conjunto em alcançar os nossos objetivos e garantir de forma ativa e dedicada a proteção de todos”. Ora, com quem será este “esforço conjunto”? Já estará algum dos gulosos no embrulho?

É campanha eleitoral vir com discursos de manutenção de “*todos os tipos e níveis de apoio até agora prestados aos seus Associados, Beneficiários e Utilizadores, tais como, o preço das taxas moderadoras dos serviços médicos e de enfermagem, o valor da participação na compra de medicamentos e a prestação dos apoios e subsídios de natureza social, disponibilizados até à presente data*” não serão “por agora” alterados.

Todos sabemos que há um declínio na prestação de serviços dos SSCML aos seus associados. António Costa tem (melhor: deveria ter!) nos SSCML o garante dos cuidados complementares de saúde

dos Trabalhadores do Município de Lisboa e isso não acontece com a sua complacência. Aliás, foi o seu Partido que fez com todos os Serviços Sociais do país possam vir a deixar de ser prestadores de cuidados complementares de saúde. Não nos esquecermos, nem nos esquecermos disso na hora de votar!

Falam-nos em “*grande esforço de contenção e poupança nas despesas de funcionamento da própria Associação*” e que é esse esforço que permite garantir o apoio que prestam aos Associados. Afinal, os descontos efetuados por todos servem para quê? E a participação financeira da Câmara Municipal de Lisboa que tem vindo a diminuir com o beneplácito dos atuais corpos dirigentes dos SSCML? Porque será? E porque é que continuam os ordenados “chorudos” para os elementos do Conselho de Administração? De facto, eles chamam “Associação”, mas estes Serviços Sociais são, cada vez mais, uma empresa, que tende a dar lucro e não é para os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa que tendem a ser preteridos para um segundo ou terceiro plano, aliás, eles já têm “planos de saúde” de vários tipos!

É curioso falarem do “*permanente suporte e participação da Câmara Municipal de Lisboa que, embora empenhada num esforço de saneamento orçamental próprio e perante um quadro legislativo em evolução, persistiu nesta parceria que é tão importante para os seus trabalhadores, motivo pelo qual é devido o necessário reconhecimento da mesma*”. Assim se revela a voz do dono! Parte relativa dos atuais corpos dirigentes dos SSCML são indigitados por António Costa. Querem eles que os trabalhadores lhe façam uma vénia? Não menosprezem a nossa inteligência! ■

Manifestações sucedem-se na Palestina contra a detenção arbitrária e por tempo indeterminado de palestinianos

Milhares de pessoas têm participado nos protestos de solidariedade para com os presos políticos palestinianos detidos em Israel. Quatro mantêm uma greve de fome há longo tempo contra a arbitrariedade e as condições de reclusão.



As movimentações de massas voltaram a ser particularmente expressivas na Cisjordânia. Em Hebron, no Sul, e em Nablus, no Norte do território, as marchas de apoio à luta protagonizada por Samer Issawi, Jaafar Ezzeddine, Aymane Charawneh e Tariq Qaadane, acabaram em confrontos com as forças ocupantes de Israel, que dispersaram as multidões

com recurso a balas de borracha e granadas de gás lacrimogéneo. A repressão estendeu-se a Belém e Ramalah.

Dois dos palestinianos em greve de fome encontram-se detidos desde novembro de 2012. Os outros dois já haviam cumprido longas penas nos cárceres israelitas, para onde voltaram aproximadamente um ano depois de terem sido libertados ao abrigo de uma troca de prisioneiros entre Israel e as forças independentistas palestinianas.

Apesar do período da chamada «detenção administrativa» ter expirado no passado dia 22 de fevereiro, os quatro grevistas podem ser mantidos em cativeiro indefinidamente e sem acusação formal, bastando para tal que autoridades de Israel decretem a necessidade de defesa da segurança nacional, o que, na prática, se traduz na aplicação, nos nossos dias, do mesmo receituário inscrito nas famigeradas «medidas de segurança», impostas pelo fascismo em Portugal aos presos políti-

cos com o objetivo de deixar a apodrecer na cadeia os mais destacados combatentes da ditadura.

Os protestos realizados pelos palestinianos por estes dias enfrentaram invariavelmente a repressão israelita. Na Cisjordânia e em Jerusalém Leste, sucederam-se as iniciativas de contestação à arbitrariedade e pela libertação de milhares de compatriotas, à negação de direitos elementares, entre os quais o recebimento de visitas ou assistência médica, e às degradantes condições de encarceramento dos palestinianos. Cerca de duas centenas de pessoas tiveram que receber assistência médica.

A morte do prisioneiro palestino Arafat Jaradat, no dia 23 de fevereiro, na prisão israelita de Megido, é a consequência dramática de uma política que privilegia a prisão em condições desumanas, com constantes humilhações. Sujeitos a esta situação inadmissível estão cerca de 5 000 prisioneiros políticos palestinianos distribuídos por várias instalações prisionais.

Importa não esquecer que a ocupação israelita dos territórios palestinianos é ilegal e ilegítima, pelo que as prisões de palestinianos, muitos dos quais mulheres e crianças, por se oporem a esta ocupação são totalmente imorais. Criminosa é a ocupação e não quem se lhe opõe!

A libertação destes homens e mulheres e a denúncia das condições em que Israel os mantém nas suas prisões é um imperativo de todos os que lutam pela paz e pelo direito à independência e autodeterminação do povo palestino.

Solidariedade com o povo da Palestina! ■

Protocolos do STML

- ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:
 - 10% de desconto nas propinas;
 - 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.
- ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração
- ISG - Instituto Superior de Gestão
- IPES - Instituto Português de Estudos Superiores
- IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade
- Escola Superior de Educação João de Deus
- ISTECH - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- COFAC - Universidade Lusófona
 - Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa
 - Instituto Superior Politécnico do Oeste

- Instituto Superior D. Dinis
- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
- Escola Superior de Educação Almeida Garrett
- Lancaster College
- Universidade Lusitana
- Universidade Autónoma
- Mundi Travel
- Teatro da Cornucópia
- Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo
- Millennium BCP
- ENAL - Escola Nacional de Automobilismo
- Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina
- MACIF - Companhia de Seguros
- Aldeamento Turístico de Palmela ■